

# PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(160209)

## OBJETO

Aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, itens de combate a incêndio e ferramentas especializadas, abrangendo itens não contemplados na Tabela SINAPI.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 583.759,34** (quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

**SIM**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i> .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	19
13. DOS RECURSOS .....	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA  
33º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
(Processo Administrativo nº 65327.000781/2026-42)**

Torna-se público que a 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, por meio do **setor responsável pelas licitações**, sediado no endereço Rua Rio de Janeiro, nº 229 – Centro, Cascavel – PR, CEP: 85801-030, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, itens de combate a incêndio e ferramentas especializadas, não contemplados no Pregão Eletrônico nº 90010/2025 (UASG 160209), cuja base foi a Tabela SINAPI.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens 01 a 170, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 *sociedades cooperativas;*
- 3.9.12 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 3.9.13 *pessoas físicas.*

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01 centavos*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Processo Administrativo nº 65327.000781/2026-42

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante

classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital com assinatura eletrônica certificada (ICP, Assinador gov.br)

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.



9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas NO MÍNIMO, DUAS HORAS, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **cinco** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *cinco (cinco)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podará** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio gov.br.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Compras Net do gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Compras Net do Gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Anexo II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


*Cascavel-PR, na data da assinatura digital.*

**GUILHERME ZACARIAS NOLIBOS – Maj**  
**Ordenador de Despesas da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada**




## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente  
 **DOUGLAS YAMASAKI LAZARIM**  
Data: 13/04/2026 14:43:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**DOUGLAS YAMASAKI LAZARIM – 1º Ten**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIANO DA SILVA DE FARIAS**  
Data: 13/04/2026 14:17:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LUCIANO DA SILVA DE FARIAS – 1º Sgt**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIEL HENRIQUE DA SILVA DE OLIVEIRA**  
Data: 13/04/2026 13:56:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GABRIEL HENRIQUE DA SILVA DE OLIVEIRA – 3º Sgt**

Membro da comissão de contratação



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA  
33º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO**

**(Processo Administrativo nº 65327.000781/2026-42)**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, itens de combate a incêndio e ferramentas especializadas, não contemplados no Pregão Eletrônico nº 90010/2025 (UASG 160209), cuja base foi a Tabela SINAPI, nos termos da tabela constante no item 1.4, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura da ata, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.3.1** O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que garantem a manutenção contínua das instalações, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando todas as características da necessidade expostas no Estudo Técnico Preliminar;

**1.4.** Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

<b>Órgão Gerenciador: 160209 - 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
<b>1</b>	Cunha Material: Plástico , Dimensões: 23 MM, Aplicação: Revestimento Porcelanat	447131	Unidade	1100	0,90	990,00

<b>2</b>	Placa Identificação Material: Plástico , Comprimento: 25 CM, Altura: 15 CM, Aplicação: Identificar Local Extintor , Características Adicionais 1: 100% Fotoluminescente , Gravação: Conforme Modelo  Deve seguir rigorosamente a norma ABNT NBR 13434 e a NBR 16820, sendo obrigatório o uso de materiais fotoluminescentes (que brilham no escuro), o conteúdo de cada placa será enviado junto com os empenhos.	482307	Unidade	250	17,81	4.452,50
<b>3</b>	Tela Material: Polietileno , Largura: 1,50 M, Cor: Verde , Aplicação: Proteção Contra Inseto	214788	Rolo 50 Metro	4	237,31	949,24
<b>4</b>	Espaçador Material: Plástico , Largura: 2,8 MM, Aplicação: Nivelamento De Pisos E Cerâmicas. , Tipo: Espaçador , Características Adicionais: Comprimento:4,8mm  Espaçador do tipo Clip para uso com cunha niveladora de 23mm	625687	Pacote 100 Unidade	300	19,00	5.700,00
<b>5</b>	Espaçador Material: Plástico Rígido , Largura: 2 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico , Tipo: Fixo  Do tipo cruzeta	343113	Pacote 100 Unidade	105	2,10	220,50
<b>6</b>	Adesivo Monocomponente Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor , Composição Química: Etilcianocrilato , Ponto Fulgor: - 54° A 82°C °C, Resistência:	450904	Frasco 20g	130	12,90	1.677,00

	180/240kg/58cm² KG/CM2, Aplicação: Adesão Instantânea Metal, Plástico E Borracha					
<b>7</b>	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228217	Unidade	145	5,10	739,50
<b>8</b>	Rolo Pintura Predial Material: Lã De Carneiro , Comprimento: 23 CM, Características Adicionais: Com Cabo	397729	Unidade	115	34,36	3.951,40
<b>9</b>	Rolo Pintura Predial Material: Lã De Carneiro , Comprimento: 23 CM, Características Adicionais: Com Cabo	397729	Unidade	80	34,36	2.748,80
<b>10</b>	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster , Comprimento: 15 CM, Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado	377301	Unidade	248	9,75	2.418,00
<b>11</b>	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 1/2 , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	462808	Unidade	140	9,00	1.260,00
<b>12</b>	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228217	Unidade	275	9,64	2.651,00

<b>13</b>	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 3 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228707	Unidade	185	9,40	1.739,00
<b>14</b>	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 4 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	238233	Unidade	195	13,56	2.644,20
<b>15</b>	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Sintética , Comprimento: 5 CM, Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado	453727	Unidade	230	12,24	2.815,20
<b>16</b>	Rolo Pintura Predial Material: Lã Sintética , Comprimento: 9 CM, Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado	616920	Unidade	150	14,00	2.100,00
<b>17</b>	Diluyente Tinta Composição: Hidrocarbonetos Aromáticos, Solventes Aromáticos, , Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor , Aplicação: Dissolvente Tintas E Limpeza Superfícies	251303	Lata 5L	102	110,28	11.248,56
<b>18</b>	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Alto Brilho , Cor: Colorado , Diluyente Indicado: Aguarrás , Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola , Aplicação: Superfícies Madeira E Metal/Interiores/Exteriores. , Material: Tinta À Base De Resinas Alquílicas/Pigmentos ,	234816	Galão 3.6L	25	98,00	2.450,00

	Rendimento: 40 A 50 M2/Gl/Demão , Prazo Armazenagem: 36 MÊ					
19	Detergente Limpeza Veículo Aspecto Físico: Semipastoso , Composição: Alquil Benzeno, Sulfonato De Sódio, Fécula Vegetal , Aplicação: Remoção De Graxas E Demais Derivados De Petróleo E , Características Adicionais: Solúvel Em Água	282200	Galão 5 L	460	39,28	18.068,80
20	Detergente Limpeza Veículo Aspecto Físico: Líquido , Composição: Ácido Dodecil Benzeno Sulfônico, Hidróxido De Sódio , Diluição: 1 A 2 Litros Para 100 Litros De Água	376124	Galão 5 L	460	32,00	14.720,00
21	Revestimento Piso Material: Cerâmica , Aplicação: Pisos Em Geral , Largura: 50 CM, Comprimento: 50 CM, Cor Básica: Creme , Características Adicionais: Antiderrapante	471738	Metro quadrado	30	50,98	1.529,40
22	Placa Sinalizadora Material: Alumínio , Tipo: Regulamentação , Formato: Redondo , Largura: Não Aplicável CM, Altura: Não Aplicável CM, Diâmetro: 50 CM, Lado: Não Aplicável CM, Cor: Branca/Vermelha E Preta , Normas Técnicas: Resolução Cnt Nº 599/82 , Características Adicionais: Não Aplicável  Deve atender as especificações da regulamentação R-19 (Velocidade Máxima Permitida) e a Resolução CONTRAN nº 973/2022. Os valores de limite de velocidade das placas serão	223770	Unidade	30	128,20	3.846,00

	informados juntamente com o envio da nota de empenho.					
<b>23</b>	Lâmpada Led Tensão Nominal: 110/220 V, Potência Nominal: 30 W, Tipo Base: E-27 , Temperatura De Cor: 6400 K, Formato: Compacta	437690	Unidade	755	16,69	12.600,95
<b>24</b>	Luminária Tipo: Sobrepor , Formato: Tubular , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Luz Branca Frio , Dimensões: 120 X 7,2 CM, Tensão Nominal: Bivolt V, Temperatura De Cor: 6.500	605154	Unidade	40	91,00	3.640,00
<b>25</b>	Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Duração Carga: 20 H, Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A	465506	Unidade	1	77,00	77,00
<b>26</b>	Bateria Estacionária Alta Capacidade Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 150 AH, Aplicação: Serviços Gerais , Modelo: Df2500	439779	Unidade	4	997,00	3.988,00
<b>27</b>	Régua Elétrica Material: Metálico , Tipo: Pdu , Quantidade Tomadas Saída: 8 (2p+T) , Comprimento Cabo: 1,5 M, Tensão Alimentação: 110/250 V, Aplicação: Rack Padrão 19" , Corrente Nominal: 20	628034	Unidade	57	99,90	5.694,30
<b>28</b>	Plugue Tipo: Macho , Número Pinos: 2 UN, Formato Pinos: Cilíndrico , Formato Contato: Universal , Formato: Triangular ,	317994	Unidade	400	4,51	1.804,000

	Cor Corpo: Cinza , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Características Adicionais: 10a, 250v, 2p, Saída Lateral, Para Cabos Com Diame					
<b>29</b>	Plugue Tipo: Fêmea , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P	407876	Unidade	340	6,00	2.040,00
<b>30</b>	Adaptador Conexão: Tipo T, Benjamin, Com 3 Entradas 2p+T E Uma Saída , Características Adicionais: Tripolar Para Bipolar , Aplicação: Computador E Filtro De Linha	386071	Unidade	150	4,00	600,00
<b>31</b>	Conector Elétrico Material: Porcelana , Bitola: 16 MM, Corrente Nominal: 50 A, Características Adicionais: Tripolar	482552	Unidade	180	11,85	2.133,00
<b>32</b>	Plugue Tipo: Macho , Corrente Nominal: 20 A, Número Pólos: 2 P + T , Normas Técnicas: Nbr 14136 Iec 60884 , Tipo Saída: Radial	403543	Unidade	250	7,05	1.762,50
<b>33</b>	Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500  A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W). No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a	443336	Unidade	3	30,11	90,33



	marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Maxi Ducha Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.					
<b>34</b>	<p>Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 110v/127 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 110/127V e 5500W).</p> <p>No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Maxi Ducha Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.</p>	614419	Unidade	15	38,67	580,05
<b>35</b>	<p>Resistência Elétrica Aplicação: Chuveiro Elétrico, Marca Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W).</p>	373154	Unidade	36	27,98	1.007,28

	No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.					
<b>36</b>	<p>Resistência Elétrica Aplicação: Chuveiro Elétrico, Marca Lorenzetti, Características Adicionais: 3 Temperaturas, Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W). No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.</p>	373154	Unidade	36	27,98	1.007,28
<b>37</b>	Disco Corte Material: Óxido Alumínio, Diâmetro: 250 MM, Diâmetro Furo: 30 MM, Aplicação: Corte De Madeira, Quantidade Dentes: 80, Espessura: 3,2 M	624356	Unidade	13	314,27	4.085,51
<b>38</b>	Disco Corte Material: Carbureto Silício, Diâmetro: 4 POL, Diâmetro Furo: 5/8 POL, Características Adicionais: Corpo	440550	Unidade	300	2,99	897,00

	Reforçado Com 2 Malhas De Fibras De Vidro					
<b>39</b>	Disco Desbaste Material: Fibras De Vidro , Especificação: Grão 60 , Diâmetro: 4 1/2 POL, Diâmetro Furo: 7/8 POL, Características Adicionais: Desbaste Tipo Flap	475853	Unidade	150	4,49	673,50
<b>40</b>	Parafuso Material: Aço Galvanizado , Tipo: Cabeça Lente, Comprimento: 3/4 POL, Diâmetro: 1/4 POL, Características Adicionais: Rosca Whitworth 20 Fios/Pol	277898	Unidade	5000	0,22	1.100,00
<b>41</b>	Parafuso Material: Bicromatizado , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 50 MM, Diâmetro: 4,5 MM, Características Adicionais: Fenda Philips	621410	Unidade	3200	0,30	960,00
<b>42</b>	Parafuso Material: Aço , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 16 MM, Diâmetro: 3 MM, Características Adicionais: Com Fenda Tipo Philips	624383	Unidade	3200	0,40	1.280,00
<b>43</b>	Parafuso Material: Bicromatizado , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 30 MM, Diâmetro: 3,5 MM, Características Adicionais: Fenda Philips , Aplicação: Madeira	443264	Caixa 500 Unidade	2008	32,32	64.898,56
<b>44</b>	Esquadro Tipo: Magnético , Comprimento Régua: 190 MM, Aplicação: Soldador , Comprimento Base: 120 MM, Características Adicionais: Capacidade 30 Kg	439993	Unidade	13	44,63	580,19

<b>45</b>	<p>Furadeira Tipo: Furadeira E Parafusadeira , Tamanho Mandril: 1/2 POL, Tensão Alimentação: 18 V, Velocidade: Baixa: 0/600 Rpm. Alta 0/1900 RPM, Acessórios: 2 Baterias, Carregador E Maleta , Características Adicionais: Iluminação Frontal Por Led, Velocidade Variável E</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.</p>	600950	Unidade	7	890,93	6.236,51
<b>46</b>	<p>Furadeira Tipo: Martelete Perfurador , Potência: 620 W, Tensão Alimentação: 220/230 V, Características Adicionais: Parada Percussão Para Perfurar Aço E Madeira, Em-</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.</p>	259535	Unidade	5	513,69	2.568,45
<b>47</b>	<p>Chave De Fenda Material: Aço Temperado , Cabo: Polipropileno , Tamanho: 3/16 X 5 POL, Características Adicionais: Ponta Fosfatizada , Tipo Ponta: Philips</p>	468509	Unidade	75	9,25	693,75
<b>48</b>	<p>Chave Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Material</p>	337131	Unidade	65	5,63	365,95

	Cabo: Polipropileno , Tipo Ponta: FENDA , Bitola: 1/4" , Comprimento Haste: 5 POL, Características Adicionais: Ponta Fosfatizada , Acabamento Superficial Haste: Niquelado E Cromado					
<b>49</b>	Cavadeira Articulada Material: Aço Sae 1042. , Cabo: Ferro , Comprimento Do Cabo: 150cm CM, Comprimento Das Garras: 28 C	626132	Unidade	61	175,00	10.675,00
<b>50</b>	Martelo Material: Aço Forjado , Material Cabo: Madeira Marfim , Peso: 576 G, Tipo: Unha , Tamanho: 27 M	250560	Unidade	60	42,54	2.552,40
<b>51</b>	Marreta Material: Aço Carbono , Material Cabo: Madeira , Peso: 5.000 G, Tipo: Oitavado	421521	Unidade	37	149,00	5.513,00
<b>52</b>	Arco Serra Lâmina Serra: Standard 12 Polegadas , Material Cabo: Polipropileno , Tratamento Superficial: Niquelado , Tamanho: 12 POL, Tipo: Regulável , Características Adicionais: Profundidade De Corte De 90 Mm	311040	Unidade	125	13,22	1.652,50
<b>53</b>	Corta-Vergalhão Tipo: Tesoura , Material: Aço Cromado Molibdênio , Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila , Comprimento: 24 POL, Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado/Capaciada Corte 1/4 Pol	371965	Unidade	10	190,00	1.900,00
<b>54</b>	Machado Material: Aço Carbono , Características Adicionais:	329425	Unidade	24	98,67	2.368,08

	Lâmina Tratamento Térmico, Resistente, Com Cabo , Material Cabo: Madeira , Tamanho Lâmina: 120 MM, Cor: Preto					
<b>55</b>	Foice Material: Aço , Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática. , Comprimento Lâmina: 37,1 CM, Comprimento Cabo: 1,10 M, Material Cabo: Madeira	625948	Unidade	83	70,00	5.810,00
<b>56</b>	Plaina Potência: 600 W, Largura Corte: 82 MM, Profundidade Corte: 9 MM, Rotação: 16.000 RPM, Voltagem: 220/230 V, Características Adicionais: Lâmina, Guia De Profundidade, Bolsa De Pó E Guia D  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	434467	Unidade	5	640,55	3.202,75
<b>57</b>	Pistola De Pintura Tipo: Alta Pressão , Uso: Pintura , Pressão Entrada: 50-60 PSI, Capacidade: 1.000 ML, Características Adicionais: Bico Fluido 1,8 Mm	476746	Unidade	5	330,00	1.650,00
<b>58</b>	Registro Pressão Material: Bronze , Diâmetro: 3/4 POL, Tipo: Acabamento Bruto , Tipo Acabamento: Bruto , Aplicação: Instalação Hidráulica	617598	Unidade	57	44,00	2.508,00
<b>59</b>	Filtro De Água Tipo: Purificador , Material: Polipropileno , Diâmetro Conexão Saída: 3/4 POL, Altura: 9 3/4 POL, Diâmetro Conexão	624435	Unidade	20	129,76	2.595,20

	Entrada: 3/4 POL, Características Adicionais: Refil Polipropileno , Aplicação: Caixas D'Água, Entrada De Rede (Cavalete), Máquina , Referência: Filtro Fit Poe 230					
<b>60</b>	Suporte Mictório Material: Conjunto De Instalação De Mictório , Formato: Acabamento Modelo M713 Código: Fm.713.01.	474195	Unidade	46	77,53	3.566,38
<b>61</b>	Torneira Material Corpo: Metal Cromado , Tipo: Pressão , Diâmetro: 1/2 POL, Acabamento Superficial: Cromado , Características Adicionais: Com Protetor De Boca, Comprimento Mínimo 10cm, , Aplicação: Bebedouro Industrial Modelo Pre200e	473496	Unidade	10	42,57	425,70
<b>62</b>	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: "U" Invertido, Para Copo Diâmetro: 1/2 POL Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Curta, Com 6 Cm De Comprimento Aplicação: Bebedouro Elétrico	451969	Unidade	10	32,17	321,70
<b>63</b>	Bomba Hidráulica Material: Aço Inox , Tipo Motor: Elétrico Monofásico , Tensão Alimentação: 220 V, Potência: 120 W, Vazão: 26 L/MIN, Características Adicionais: Pressurização Com Fluxostato E Circulação , Freqüência: 60 HZ, Aplicação: Sistema De Aquecimento Solar  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade	619010	Unidade	2	398,33	796,66

	do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
<b>64</b>	Extintor Incêndio Material Mangueira: Pvc , Material Trama: Poliéster , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Tubo Sifão: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Cilindro: Aço Carbono Sem Costura , Capacidade: 4 KG, Material Carga: Pó Químico , Características Adicionais: Sem Suporte Para Fixação	291800	Cilindro 4 Quilograma	18	184,43	3.319,74
<b>65</b>	Extintor Incêndio Capacidade: 6 KG, Material Carga: Pó Químico , Características Adicionais: Com Suporte Fixação Parede E Adesivo Sinalização V	297883	Cilindro 6 Quilograma	10	152,27	1.522,70
<b>66</b>	Extintor Incêndio Material Mangueira: Pvc , Material Trama: Nylon , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Tubo Sifão: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Cilindro: Aço Carbono , Capacidade: 12 KG, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2, Pressão Teste: 30 KGF/CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Vermelha , Tipo Válvula Saída: M 30 Com Manômetro. , Normas Técnicas: Nbr 15808 , Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico	476675	Unidade	11	235,00	2.585,00
<b>67</b>	Extintor Incêndio Capacidade: 10 L, Material Carga: Água	271708	Unidade	24	249,00	5.976,00



	Pressurizada , Características Adicionais: Com Suporte Fixação Parede E Adesivo Sinalização V					
<b>68</b>	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Aço , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Difusor: Polietileno , Material Tubo Sifão: Alumínio , Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura , Capacidade: 6 KG, Pressão Serviço: 126 KGF/CM2, Pressão Teste: 210 KGF/CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Metal Branco , Tratamento Superficial Cilindro: Pintura Vermelha , Normas Técnicas: Nbr 11716 , Aplicação: Incêndio Classe "B" E "C" , Material Carga: Dióxido De Carbono (Co2)	476676	Cilindro 6 Quilograma	26	560,00	14.590,00
<b>69</b>	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Abc , Capacidade Carga: 4 K	603800	Unidade	17	50,00	850,00
<b>70</b>	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Agua - Gás Com Pressurização De Co2 , Capacidade Carga: 10	316816	Unidade	3	60,00	180,00
<b>71</b>	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Abc , Capacidade Carga: 6 K	600734	Unidade	11	60,00	660,00
<b>72</b>	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gás Carbônico , Capacidade Carga: 6 K	236535	Unidade	57	143,80	8.196,60
<b>73</b>	Motor Ventilador Aparelho Refrigeração Tipo Aparelho: Bebedouro Tensão: 110/220 V Potência: 1/40 CV	357776	Unidade	2	103,31	206,62

	Características Adicionais: 1.540 Rpm Frequência: 60 HZ					
<b>74</b>	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Alumínio , Revestimento Cabo: Plastificado , Características Adicionais: Lâmina Intercambiável E Regulagem Lâmina , Tipo Uso: Para Cerca Viva , Aplicação: Jardinagem	355346	Unidade	20	54,00	1.080,00
<b>75</b>	Ancinho Jardinagem Material: Chapa Ferro , Quantidade Dentes: 22 UN, Altura Dentes: 420 MM, Largura Total: 320 MM, Espessura Dentes: 3,50 MM, Características Adicionais: Com Cabo Madeira	452487	Unidade	150	34,48	5.172,00
<b>76</b>	Martelete Tipo: Demolidor , Potência: 1.510 W, Tensão Alimentação: 220  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	485697	Unidade	3	1.963,12	5.889,36
<b>77</b>	Máquina Solda Portátil Tipo: Máquina De Solda Multiprocessos , Tensão: 380/460 V, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Potência Máxima: 16,9 KVA, Aplicação: Soldagem: Eletrodo Revestido, Tig, Mig/Mag Pulsado , Características	608704	Unidade	5	701,42	3.507,10

	<p>Adicionais: Com Alimentador De Arame Para Carretéis De 15 Kg</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.</p>					
<b>78</b>	<p>Furadeira Coluna Capacidade Furação: Aço 25 MM, Comprimento Mesa Giratória: 365 MM, Largura Mesa Giratória: 365 MM, Distância Máxima Mesa Ao Fuso: 820 MM, Distância Máxima Base Ao Fuso: 1.245 MM, Distância Útil Centro Fuso À Coluna: 250 MM, Comprimento Base: 550 MM, Largura Base: 400 MM, Diâmetro Coluna: 87 MM, Potência Motor: 1 CV, Comprimento Total: 840 MM, Largura Total: 430 MM, Altura Total: 1.850 MM, Peso Com Motor: 140 K</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.</p>	220415	Unidade	3	2.877,00	8.631,00
<b>79</b>	<p>Serra Mármore Potência: 1.450 W, Diâmetro Disco: 125 MM, Voltagem: 127</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade</p>	423356	Unidade	8	458,84	3.670,72

	do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
<b>80</b>	Correia Transmissão Tipo 1: A-95 , Material: Borracha , Formato: V  Compatível com trator TGM 175 vonder.	449134	Unidade	10	49,42	494,20
<b>81</b>	Canaleta Material: Pvc - Cloreto De Polivinila , Tipo: Com Tampa , Cor: Branca , Características Adicionais: Sem Divisória / Com Adesivo Dupla Face , Aplicação: Instalação Elétrica , Dimensões: 20 X 12 X 2000 M	633016	Unidade	950	15,00	14.250,00
<b>82</b>	Riscador Material: Aço , Comprimento: 1.000 MM, Aplicação: Cerâmica, Porcelanato E Pisos , Características Adicionais: Cabo Com Pega Confortável Para Melhor Manuseio , Tipo: Cortador Manual (Riscadeira)	633732	Unidade	4	309,32	1.237,28
<b>83</b>	Facão Material Lâmina: Aço , Material Cabo: Polipropileno , Comprimento: 18 POL, Tipo: Para Mato	633358	Unidade	102	43,60	4.447,20
<b>84</b>	Picareta Material: Aço Galvanizado , Acabamento: Galvanização Anticorrosiva , Dimensões: 9 X 10 CM, Características Adicionais: Quebrar Solo, Rochas, Concreto Leve	632298	Unidade	56	93,91	5.258,96

<b>85</b>	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 12 KG, Características Adicionais: Tipo Bc	630511	Unidade	9	112,67	1.014,03
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 360.388,38</b>

<b>Órgão Participante: 160213 – 5º Batalhão Logístico</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
86	Cunha Material: Plástico , Dimensões: 23 MM, Aplicação: Revestimento Porcelanat	447131	Unidade	1000	0,90	900,00
87	Placa Identificação Material: Plástico , Comprimento: 25 CM, Altura: 15 CM, Aplicação: Identificar Local Extintor , Características Adicionais 1: 100% Fotoluminescente , Gravação: Conforme Modelo  Deve seguir rigorosamente a norma ABNT NBR 13434 e a NBR 16820, sendo obrigatório o uso de materiais fotoluminescentes (que brilham no escuro), o conteúdo de cada placa será enviado junto com os empenhos.	482307	Unidade	100	17,81	1.781,00
88	Tela Material: Polietileno , Largura: 1,50 M, Cor: Verde ,	214788	Rolo 50 Metro	10	237,31	2.373,10

	Aplicação: Proteção Contra Inseto					
89	Espaçador Material: Plástico , Largura: 2,8 MM, Aplicação: Nivelamento De Pisos E Cerâmicas. , Tipo: Espaçador , Características Adicionais: Comprimento:4,8mm  Espaçador do tipo Clip para uso com cunha niveladora de 23mm	625687	Pacote 100 Unidade	20	19,00	380,00
90	Espaçador Material: Plástico Rígido , Largura: 2 MM, Aplicação: Revestimento Cerâmico , Tipo: Fixo  Do tipo cruzeta	343113	Pacote 100 Unidade	20	2,10	42,00
91	Adesivo Monocomponente Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor , Composição Química: Etilcianocrilato , Ponto Fulgor: - 54° A 82°C °C, Resistência: 180/240kg/58cm² KG/CM2, Aplicação: Adesão Instantânea Metal, Plástico E Borracha	450904	Frasco 20g	100	12,90	1.290,00
92	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228217	Unidade	200	5,10	1.020,00
93	Rolo Pintura Predial Material: Lã De Carneiro , Comprimento: 23 CM, Características Adicionais: Com Cabo	397729	Unidade	100	34,36	3.436,00
94	Rolo Pintura Predial Material: Lã De Carneiro , Comprimento: 23	397729	Unidade	100	34,36	3.436,00

	CM, Características Adicionais: Com Cabo					
95	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Poliéster , Comprimento: 15 CM, Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado	377301	Unidade	200	9,75	1.950,00
96	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 1/2 , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	462808	Unidade	200	9,00	1.800,00
97	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 2 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228217	Unidade	200	9,64	1.928,00
98	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 3 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	228707	Unidade	200	9,40	1.880,00
99	Pincel Pintura Predial Material Cerdas: Pelo Orelha De Boi , Tipo Cabo: Curto , Tamanho: 4 POL, Formato: Retangular , Material Cabo: Madeira , Características Adicionais: Com Virola Aço Estanhado	238233	Unidade	200	13,56	2.712,00
100	Rolo Pintura Predial Material: Espuma Sintética , Comprimento: 5 CM,	453727	Unidade	100	12,24	1.224,00

	Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado					
101	Rolo Pintura Predial Material: Lã Sintética , Comprimento: 9 CM, Características Adicionais: Com Suporte/Garfo De Aço Galvanizado	616920	Unidade	100	14,00	1.400,00
102	Diluyente Tinta Composição: Hidrocarbonetos Aromáticos, Solventes Aromáticos, , Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor , Aplicação: Dissolvente Tintas E Limpeza Superfícies	251303	Lata 5L	50	110,28	5.514,00
103	Tinta Esmalte Tipo Acabamento: Alto Brilho , Cor: Colorado , Diluyente Indicado: Aguarrás , Método Aplicação: Rolo/Pincel E Pistola , Aplicação: Superfícies Madeira E Metal/Interiores/Exteriores. , Material: Tinta À Base De Resinas Alquídicas/Pigmentos , Rendimento: 40 A 50 M2/Gl/Demão , Prazo Armazenagem: 36 MÊ	234816	Galão 3.6L	50	98,00	4.900,00
104	Detergente Limpeza Veículo Aspecto Físico: Semipastoso , Composição: Alquil Benzeno, Sulfonato De Sódio, Fécula Vegetal , Aplicação: Remoção De Graxas E Demais Derivados De Petróleo E , Características Adicionais: Solúvel Em Água	282200	Galão 5 L	100	39,28	3.928,00
105	Detergente Limpeza Veículo Aspecto Físico: Líquido , Composição: Ácido Dodecil Benzeno Sulfônico, Hidróxido	376124	Galão 5 L	100	32,00	3.200,00



	De Sódio , Diluição: 1 A 2 Litros Para 100 Litros De Água					
106	Revestimento Piso Material: Cerâmica , Aplicação: Pisos Em Geral , Largura: 50 CM, Comprimento: 50 CM, Cor Básica: Creme , Características Adicionais: Antiderrapante	471738	Metro quadrado	100	50,98	5.098,00
107	Placa Sinalizadora Material: Alumínio , Tipo: Regulamentação , Formato: Redondo , Largura: Não Aplicável CM, Altura: Não Aplicável CM, Diâmetro: 50 CM, Lado: Não Aplicável CM, Cor: Branca/Vermelha E Preta , Normas Técnicas: Resolução Cnt Nº 599/82 , Características Adicionais: Não Aplicável  Deve atender as especificações da regulamentação R-19 (Velocidade Máxima Permitida) e a Resolução CONTRAN nº 973/2022. Os valores de limite de velocidade das placas serão informados juntamente com o envio da nota de empenho.	223770	Unidade	20	128,20	2.564,00
108	Lâmpada Led Tensão Nominal: 110/220 V, Potência Nominal: 30 W, Tipo Base: E-27 , Temperatura De Cor: 6400 K, Formato: Compacta	437690	Unidade	300	16,69	5.007,00
109	Luminária Tipo: Sobrepor , Formato: Tubular , Tipo Lâmpada: Led , Cor: Luz Branca Frio , Dimensões: 120 X 7,2 CM, Tensão Nominal: Bivolt V, Temperatura De Cor: 6.500	605154	Unidade	30	91,00	2.730,00

110	Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Duração Carga: 20 H, Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A	465506	Unidade	10	77,00	770,00
111	Bateria Estacionária Alta Capacidade Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 150 AH, Aplicação: Serviços Gerais , Modelo: Df2500	439779	Unidade	5	997,00	4.985,00
112	Régua Elétrica Material: Metálico , Tipo: Pdu , Quantidade Tomadas Saída: 8 (2p+T) , Comprimento Cabo: 1,5 M, Tensão Alimentação: 110/250 V, Aplicação: Rack Padrão 19" , Corrente Nominal: 20	628034	Unidade	30	99,90	2.997,00
113	Plugue Tipo: Macho , Número Pinos: 2 UN, Formato Pinos: Cilíndrico , Formato Contato: Universal , Formato: Triangular , Cor Corpo: Cinza , Corrente Nominal: 10 A, Tensão Nominal: 250 V, Características Adicionais: 10a, 250v, 2p, Saída Lateral, Para Cabos Com Diame	317994	Unidade	300	4,51	1.353,00
114	Plugue Tipo: Fêmea , Corrente Nominal: 20 A, Tensão Nominal: 250 V, Número Pólos: 2 P	407876	Unidade	300	6,00	1.800,00
115	Adaptador Conexão: Tipo T, Benjamin, Com 3 Entradas 2p+T E Uma Saída , Características Adicionais: Tripolar Para Bipolar ,	386071	Unidade	100	4,00	400,00

	Aplicação: Computador E Filtro De Linha					
116	Conector Elétrico Material: Porcelana , Bitola: 16 MM, Corrente Nominal: 50 A, Características Adicionais: Tripolar	482552	Unidade	100	11,85	1.185,00
117	Plugue Tipo: Macho , Corrente Nominal: 20 A, Número Pólos: 2 P + T , Normas Técnicas: Nbr 14136 Iec 60884 , Tipo Saída: Radial	403543	Unidade	100	7,05	705,00
118	Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500  A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W). No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Maxi Ducha Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.	443336	Unidade	200	30,11	6.022,00
119	Resistência Elétrica Uso: Chuveiro Elétrico , Aplicação: Maxi Ducha Lorenzetti , Características Adicionais: 3	614419	Unidade	200	38,67	7.734,00

	<p>Temperaturas , Tensão Nominal: 110v/127 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 110/127V e 5500W).</p> <p>No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Maxi Ducha Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.</p>					
120	<p>Resistência Elétrica Aplicação: Chuveiro Elétrico, Marca Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W).</p> <p>No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.</p>	373154	Unidade	200	27,98	5.596,00

121	<p>Resistência Elétrica Aplicação: Chuveiro Elétrico, Marca Lorenzetti , Características Adicionais: 3 Temperaturas , Tensão Nominal: 220 V, Potência Nominal: 5500</p> <p>A proposta deve apresentar equivalência técnica às características especificadas (uso em chuveiro elétrico, aplicação compatível, 3 temperaturas, 220V e 5500W). No envio da nota de empenho, o contratante deverá informar a marca e o modelo do chuveiro elétrico para o qual a resistência será destinada, não apenas para Lorenzetti, a fim de assegurar a compatibilidade do fornecimento com a necessidade.</p>	373154	Unidade	200	27,98	5.596,00
122	<p>Disco Corte Material: Óxido Alumínio , Diâmetro: 250 MM, Diâmetro Furo: 30 MM, Aplicação: Corte De Madeira , Quantidade Dentes: 80 , Espessura: 3,2 M</p>	624356	Unidade	10	314,27	3.143,70
123	<p>Disco Corte Material: Carbureto Silício , Diâmetro: 4 POL, Diâmetro Furo: 5/8 POL, Características Adicionais: Corpo Reforçado Com 2 Malhas De Fibra De Vidro</p>	440550	Unidade	200	2,99	598,00
124	<p>Disco Desbaste Material: Fibra De Vidro , Especificação: Grão 60 , Diâmetro: 4 1/2 POL, Diâmetro Furo: 7/8 POL, Característica Adicionais: Desbaste Tipo Flap</p>	475853	Unidade	200	4,49	898,00

125	Parafuso Material: Aço Galvanizado , Tipo: Cabeça Lenteilha , Comprimento: 3/4 POL, Diâmetro: 1/4 POL, Características Adicionais: Rosca Whitworth 20 Fios/Pol	277898	Unidade	2000	0,22	440,00
126	Parafuso Material: Bicromatizado , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 50 MM, Diâmetro: 4,5 MM, Características Adicionais: Fenda Philips	621410	Unidade	2000	0,30	600,00
127	Parafuso Material: Aço , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 16 MM, Diâmetro: 3 MM, Características Adicionais: Com Fenda Tipo Philips	624383	Unidade	2000	0,40	800,00
128	Parafuso Material: Bicromatizado , Tipo: Cabeça Chata , Comprimento: 30 MM, Diâmetro: 3,5 MM, Características Adicionais: Fenda Philips , Aplicação: Madeira	443264	Caixa 500 Unidade	5	32,32	161,60
129	Esquadro Tipo: Magnético , Comprimento Régua: 190 MM, Aplicação: Soldador , Comprimento Base: 120 MM, Características Adicionais: Capacidade 30 Kg	439993	Unidade	5	44,63	223,15
130	Furadeira Tipo: Furadeira E Parafusadeira , Tamanho Mandril: 1/2 POL, Tensão Alimentação: 18 V, Velocidade: Baixa: 0/600 Rpm. Alta 0/1900 RPM, Acessórios: 2 Baterias, Carregador E Maleta , Características Adicionais:	600950	Unidade	5	890,93	4.454,65

	Iluminação Frontal Por Led, Velocidade Variável E  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
131	Furadeira Tipo: Martetele Perfurador , Potência: 620 W, Tensão Alimentação: 220/230 V, Características Adicionais: Parada Percussão Para Perfurar Aço E Madeira, Em-  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	259535	Unidade	5	513,69	2.568,45
132	Chave De Fenda Material: Aço Temperado , Cabo: Polipropileno , Tamanho: 3/16 X 5 POL, Características Adicionais: Ponta Fosfatizada , Tipo Ponta: Philips	468509	Unidade	20	9,25	185,00
133	Chave Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Polipropileno , Tipo Ponta: FENDA , Bitola: 1/4" , Comprimento Haste: 5 POL, Características Adicionais: Ponta Fosfatizada ,	337131	Unidade	20	5,63	112,60

	Acabamento Superficial Haste: Niquelado E Cromado					
134	Cavadeira Articulada Material: Aço Sae 1042. , Cabo: Ferro , Comprimento Do Cabo: 150cm CM, Comprimento Das Garras: 28 C	626132	Unidade	20	175,00	3.500,00
135	Martelo Material: Aço Forjado , Material Cabo: Madeira Marfim , Peso: 576 G, Tipo: Unha , Tamanho: 27 M	250560	Unidade	20	42,54	850,80
136	Marreta Material: Aço Carbono , Material Cabo: Madeira , Peso: 5.000 G, Tipo: Oitavado	421521	Unidade	20	149,00	2.980,00
137	Arco Serra Lâmina Serra: Standard 12 Polegadas , Material Cabo: Polipropileno , Tratamento Superficial: Niquelado , Tamanho: 12 POL, Tipo: Regulável , Características Adicionais: Profundidade De Corte De 90 Mm	311040	Unidade	50	13,22	661,00
138	Corta-Vergalhão Tipo: Tesoura , Material: Aço Cromado Molibdênio , Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila , Comprimento: 24 POL, Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado/Capaciada Corte 1/4 Pol	371965	Unidade	10	190,00	1.900,00
139	Machado Material: Aço Carbono , Características Adicionais: Lâmina Tratamento Térmico, Resistente, Com Cabo , Material	329425	Unidade	20	98,67	1.973,40



	Cabo: Madeira , Tamanho Lâmina: 120 MM, Cor: Preto					
140	Foice Material: Aço , Tratamento Superficial: Pintura Eletrostática. , Comprimento Lâmina: 37,1 CM, Comprimento Cabo: 1,10 M, Material Cabo: Madeira	625948	Unidade	20	70,00	1.400,00
141	Plaina Potência: 600 W, Largura Corte: 82 MM, Profundidade Corte: 9 MM, Rotação: 16.000 RPM, Voltagem: 220/230 V, Características Adicionais: Lâmina, Guia De Profundidade, Bolsa De Pó E Guia D A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	434467	Unidade	5	640,55	3.202,75
142	Pistola De Pintura Tipo: Alta Pressão , Uso: Pintura , Pressão Entrada: 50-60 PSI, Capacidade: 1.000 ML, Características Adicionais: Bico Fluido 1,8 Mm	476746	Unidade	5	330,00	1.650,00
143	Registro Pressão Material: Bronze , Diâmetro: 3/4 POL, Tipo: Acabamento Bruto , Tipo Acabamento: Bruto , Aplicação: Instalação Hidráulica	617598	Unidade	50	44,00	2.200,00
144	Filtro De Água Tipo: Purificador , Material: Polipropileno , Diâmetro Conexão Saída: 3/4	624435	Unidade	30	129,76	3.892,80

	POL, Altura: 9 3/4 POL, Diâmetro Conexão Entrada: 3/4 POL, Características Adicionais: Refil Polipropileno , Aplicação: Caixas D'Água, Entrada De Rede (Cavalete), Máquina , Referência: Filtro Fit Poe 230					
145	Suporte Mictório Material: Conjunto De Instalação De Mictório , Formato: Acabamento Modelo M713 Código: Fm.713.01.	474195	Unidade	20	77,53	1.550,60
146	Torneira Material Corpo: Metal Cromado , Tipo: Pressão , Diâmetro: 1/2 POL, Acabamento Superficial: Cromado , Características Adicionais: Com Protetor De Boca, Comprimento Mínimo 10cm, , Aplicação: Bebedouro Industrial Modelo Pre200e	473496	Unidade	50	42,57	2.128,50
147	Torneira Material Corpo: Metal Tipo: "U" Invertido, Para Copo Diâmetro: 1/2 POL Acabamento Superficial: Cromado Características Adicionais: Curta, Com 6 Cm De Comprimento Aplicação: Bebedouro Elétrico	451969	Unidade	50	32,17	1.608,50
148	Bomba Hidráulica Material: Aço Inox , Tipo Motor: Elétrico Monofásico , Tensão Alimentação: 220 V, Potência: 120 W, Vazão: 26 L/MIN, Características Adicionais: Pressurização Com Fluxostato E Circulação , Frequência: 60	619010	Unidade	2	398,33	796,66

	HZ, Aplicação: Sistema De Aquecimento Solar  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
149	Extintor Incêndio Material Mangueira: Pvc , Material Trama: Poliéster , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Tubo Sifão: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Cilindro: Aço Carbono Sem Costura , Capacidade: 4 KG, Material Carga: Pó Químico , Características Adicionais: Sem Suporte Para Fixação	291800	Cilindro 4 Quilograma	20	184,43	3.688,60
150	Extintor Incêndio Capacidade: 6 KG, Material Carga: Pó Químico , Características Adicionais: Com Suporte Fixação Parede E Adesivo Sinalização V	297883	Cilindro 6 Quilograma	20	152,27	3.045,40
151	Extintor Incêndio Material Mangueira: Pvc , Material Trama: Nylon , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Tubo Sifão: Pvc - Cloreto De Polivinila , Material Cilindro: Aço Carbono , Capacidade: 12 KG, Pressão Serviço: 10,5 KGF/CM2, Pressão Teste: 30 KGF/CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Pintura Vermelha , Tipo Válvula Saída: M 30 Com Manômetro. ,	476675	Unidade	20	235,00	4.700,00

	Normas Técnicas: Nbr 15808 , Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C" , Material Carga: Pó Químico					
152	Extintor Incêndio Capacidade: 10 L, Material Carga: Água Pressurizada , Características Adicionais: Com Suporte Fixação Parede E Adesivo Sinalização V	271708	Unidade	20	249,00	4.980,00
153	Extintor Incêndio Material Mangueira: Borracha , Material Trama: Aço , Material Válvula Saída: Latão Forjado , Material Difusor: Polietileno , Material Tubo Sifão: Alumínio , Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura , Capacidade: 6 KG, Pressão Serviço: 126 KGF/CM2, Pressão Teste: 210 KGF/CM2, Acabamento Superficial Cilindro: Metal Branco , Tratamento Superficial Cilindro: Pintura Vermelha , Normas Técnicas: Nbr 11716 , Aplicação: Incêndio Classe "B" E "C" , Material Carga: Dióxido De Carbono (Co2)	476676	Cilindro 6 Quilograma	20	560,00	11.200,00
154	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco Classe: Abc , Capacidade Carga: 4 K	603800	Unidade	30	50,00	1.500,00
155	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Água - Gás Com Pressurização De Co2 , Capacidade Carga: 10	316816	Unidade	20	60,00	1.200,00
156	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico Seco	600734	Unidade	30	60,00	1.800,00

	Classe: Abc , Capacidade Carga: 6 K					
157	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Gás Carbônico , Capacidade Carga: 6 K	236535	Unidade	30	143,80	4.314,00
158	Motor Ventilador Aparelho Refrigeração Tipo Aparelho: Bebedouro Tensão: 110/220 V Potência: 1/40 CV Características Adicionais: 1.540 Rpm Frequência: 60 HZ	357776	Unidade	5	103,31	516,55
159	Tesoura Poda Material Lâmina: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Alumínio , Revestimento Cabo: Plastificado , Características Adicionais: Lâmina Intercambiável E Regulagem Lâmina , Tipo Uso: Para Cerca Viva , Aplicação: Jardinagem	355346	Unidade	20	54,00	1.080,00
160	Ancinho Jardinagem Material: Chapa Ferro , Quantidade Dentes: 22 UN, Altura Dentes: 420 MM, Largura Total: 320 MM, Espessura Dentes: 3,50 MM, Características Adicionais: Com Cabo Madeira	452487	Unidade	20	34,48	689,60
161	Martelete Tipo: Demolidor , Potência: 1.510 W, Tensão Alimentação: 220  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto	485697	Unidade	5	1.963,12	9.815,60

	Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
162	<p>Máquina Solda Portátil Tipo: Máquina De Solda Multiprocessos , Tensão: 380/460 V, Frequência Nominal: 50/60 HZ, Potência Máxima: 16,9 KVA, Aplicação: Soldagem: Eletrodo Revestido, Tig, Mig/Mag Pulsado , Características Adicionais: Com Alimentador De Arame Para Carretéis De 15 Kg</p> <p>A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.</p>	608704	Unidade	5	701,42	3.507,10
163	<p>Furadeira Coluna Capacidade Furação: Aço 25 MM, Comprimento Mesa Giratória: 365 MM, Largura Mesa Giratória: 365 MM, Distância Máxima Mesa Ao Fuso: 820 MM, Distância Máxima Base Ao Fuso: 1.245 MM, Distância Útil Centro Fuso À Coluna: 250 MM, Comprimento Base: 550 MM, Largura Base: 400 MM, Diâmetro Coluna: 87 MM, Potência Motor: 1 CV, Comprimento Total: 840 MM, Largura Total: 430 MM, Altura Total: 1.850 MM, Peso Com Motor: 140 K</p>	220415	Unidade	5	2.877,00	14.385,00

	A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.					
164	Serra Mármore Potência: 1.450 W, Diâmetro Disco: 125 MM, Voltagem: 127  A ferramenta deverá possuir Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, comprovando que o produto atende aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	423356	Unidade	5	458,84	2.294,20
165	Correia Transmissão Tipo 1: A-95 , Material: Borracha , Formato: V  Compatível com trator TGM 175 vonder.	449134	Unidade	20	49,42	988,40
166	Canaleta Material: Pvc - Cloreto De Polivinila , Tipo: Com Tampa , Cor: Branca , Características Adicionais: Sem Divisória / Com Adesivo Dupla Face , Aplicação: Instalação Elétrica , Dimensões: 20 X 12 X 2000 M	633016	Unidade	200	15,00	3.000,00
167	Riscador Material: Aço , Comprimento: 1.000 MM, Aplicação: Cerâmica,	633732	Unidade	5	309,32	1.546,65

	Porcelanato E Pisos , Características Adicionais: Cabo Com Pega Confortável Para Melhor Manuseio , Tipo: Cortador Manual (Riscadeira)					
168	Facão Material Lâmina: Aço , Material Cabo: Polipropileno , Comprimento: 18 POL, Tipo: Para Mato	633358	Unidade	20	43,60	872,00
169	Picareta Material: Aço Galvanizado , Acabamento: Galvanização Anticorrosiva , Dimensões: 9 X 10 CM, Características Adicionais: Quebrar Solo, Rochas, Concreto Leve	632298	Unidade	20	93,91	1.878,20
170	Carga Extintor Incêndio Tipo Carga: Pó Químico , Capacidade Carga: 12 KG, Características Adicionais: Tipo Bc	630511	Unidade	20	112,67	2.253,40
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 223.370,96</b>

**1.4.** Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

**2.2.1.** ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000393/2026.

**2.2.2.** Data de publicação no PNCP: 22/10/2025.



**2.2.3.** Id do item no PCA: 383 a 421.

**2.2.5.** Classe/Grupo:

- 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;
- 9999 - ITENS DIVERSOS, 9905 - CARTAZES, MOSTRUÁRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO;
- 9390 - PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS;
- 9330 - ARTIGOS DE PLÁSTICO;
- 8040 – ADESIVOS;
- 8020 - PINCEL PARA ARTISTAS E PINTORES;
- 8010 - TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS CORRELATOS;
- 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO;
- 7220 - REVESTIMENTOS PARA PISOS;
- 6310 - SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO;
- 6240 - LÂMPADAS ELÉTRICAS;
- 6210 - APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO INTERNO E EXTERNO;
- 6140 - BATERIAS RECARREGÁVEIS;
- 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS;
- 5935 - CONECTORES ELÉTRICOS;
- 5905 – RESISTORES;
- 5345 - DISCOS E PEDRAS ABRASIVOS;
- 5305 - PARAFUSOS SEM PORCA;
- 5210 - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO PARA ARTÍFICES;
- 5130 - FERRAMENTAS MANUAIS ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;

- 5120 - FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- 5110 - FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- 4940 - EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO DIVERSOS PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARO;
- 4610 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA;
- 4510 - DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS;
- 4320 - BOMBAS MANUAIS E MECÂNICAS;
- 4210 - EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO;
- 4130 - COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO;
- 3750 - IMPLEMENTOS E FERRAMENTAS DE JARDINAGEM;
- 3450 - MÁQUINAS-FERRAMENTA PORTÁTEIS;
- 3432 - EQUIPAMENTO PARA SOLDA A RESISTÊNCIA ELÉTRICA;
- 3413 - MÁQUINAS DE FURAR E ABRIR ROSCAS;
- 3405 - MÁQUINAS DE SERRAR E LIMAR;
- 3030 - CORREAME, CORREIAS DE TRANSMISSÃO, CORREIAS DOS VENTILADORES E ACESSÓRIOS;
- 7520 - ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO;
- 5120 - FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- 5110 - FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;
- 4210 - EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO.

**2.2.5.1.** Identificador da Futura Contratação: Identificador da Futura Contratação: 160209-109/2026.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

Processo nr: 65327.000781/2026-42

Página 41 | 66

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: DEZ/2025

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### **4.1.1. Materiais Elétricos e Eletrônicos:**

**4.1.1.1.** Plugues e Tomadas: Certificação compulsória conforme Portaria INMETRO nº 85/2006 e suas atualizações.

**4.1.1.2.** Disjuntores e Interruptores: Certificação compulsória conforme Portarias INMETRO específicas.

**4.1.1.3.** Lâmpadas LED: Certificação compulsória conforme Portaria INMETRO nº 20/2017 e suas atualizações, visando eficiência energética e segurança.

#### **4.1.2. Materiais de Construção Civil:**

**4.1.2.1.** Cimento Portland: Certificação compulsória conforme Portaria INMETRO nº 61/2011 e suas atualizações.

**4.1.2.2.** Telhas Cerâmicas e de Concreto: Certificação compulsória conforme Portarias INMETRO específicas.

**4.1.2.3.** Tubos e Conexões de PVC para Instalações Prediais: Certificação compulsória conforme Portarias INMETRO específicas.

#### **4.1.3. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Segurança:**

**4.1.3.1.** Extintores de Incêndio: Certificação compulsória conforme Portaria INMETRO nº 485/2010 e suas atualizações.

#### **4.1.4. Outros Materiais Relevantes:**

**4.1.4.1.** Tintas e Vernizes: Embora não haja certificação compulsória geral para todas as tintas, algumas categorias podem ter requisitos específicos de desempenho ou segurança. É recomendável verificar a conformidade com as normas técnicas da ABNT.

**4.1.4.2.** Ferramentas Elétricas: Certificação compulsória conforme Portaria INMETRO nº 371/2009 e suas atualizações.

## **Subcontratação**

**4.2.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

**4.3.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

**5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de empenho para o e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em remessa única

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. A comunicação deverá ser feita para o e-mail do qual recebeu a Nota de empenho e por telefone (45) 3225-4535.

**5.3.** Os bens constantes dos itens 01 a 170 deverão ser entregues conforme o local indicado na Nota de Empenho emitida pela respectiva Organização Militar (OM). O presente pregão é gerenciado pela UASG 160209 – 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, a qual administra em regime de condomínio as seguintes Organizações Militares: 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada (15ª Bda Inf Mec), 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado (33º BIMec) e 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada (15ª Cia Com Mec). Ressalta-se que o 33º BIMec e a 15ª Cia Com Mec não possuem autonomia administrativa, encontrando-se vinculados à 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada.

#### **5.3.1. Itens 01 a 85**

Para os itens 01 a 85, as entregas poderão ser realizadas em qualquer uma das Organizações Militares abaixo relacionadas, observando-se, obrigatoriamente, o endereço indicado no campo “Observações” da respectiva Nota de Empenho:

a) 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada (15ª Bda Inf Mec)  
Rua Rio de Janeiro, nº 229 – Centro, Cascavel/PR – CEP 85801-030.

b) 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado (33º BIMec)  
Rua Vinte e Cinco de Agosto, nº 285 – Centro, Cascavel/PR – CEP 85810-000.

c) 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada (15ª Cia Com Mec)  
Rua Vinte e Cinco de Agosto, nº 285 – Bairro XIV de Novembro, Cascavel/PR – CEP 85810-000.

### **5.3.2. Itens 86 a 170**

Para os itens 86 a 170, as entregas deverão ser realizadas na Organização Militar Participante – 5º Batalhão Logístico (5º B Log), Curitiba/PR, conforme o endereço indicado no campo “Observações” da respectiva Nota de Empenho. (Rua Valdeci dos Santos, 115 - Pinheirinho, Curitiba - PR, CEP 81.150-370).

**5.4.** As entregas deverão ser realizadas exclusivamente nos dias úteis, observando os seguintes horários de funcionamento das Organizações Militares:

**5.4.1.** de segunda-feira a quinta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

**5.4.2.** às sextas-feiras, das 08h00 às 12h00.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.5.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.6.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**5.7.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**5.8.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**5.9.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**5.10.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.11.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

**5.12.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Processo nº: 65327.000781/2026-42

**5.13.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.14.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**5.15.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

### **Fiscalização Técnica**

**6.6.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.7.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.13.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.14.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.14.1.** Conferir se os materiais entregues correspondem às especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência e na Nota de Empenho, registrando eventuais divergências em relatório próprio. Quando houver divergência entre a descrição padrão do CATMAT e a descrição constante no Termo de Referência (TR), prevalecerá integralmente a descrição do TR, por ser o documento que define as condições específicas da contratação;

**6.14.2.** Acompanhar o processo de recebimento e armazenamento dos materiais, verificando se as entregas foram realizadas nos endereços e horários previamente definidos (15ª Bda Inf Mec, 33º BIMec ou 15ª Cia Com Mec), garantindo a conformidade com as condições contratuais;

**6.14.3.** Manter registros atualizados das ocorrências relacionadas ao contrato, incluindo comunicações com a contratada, relatórios de inspeção, notificações e eventuais sanções aplicadas, de modo a assegurar a rastreabilidade e transparência da execução contratual.

**6.15.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

Processo nr: 65327.000781/2026-42

P á g i n a 46 | 66

#### **6.16. Cabe ao gestor do contrato:**

**6.16.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.16.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.16.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.16.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.16.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.16.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.16.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

**7.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4. Multa:**

**7.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 100(cem) dias.

**7.2.4.2.** Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**7.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**7.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (dez por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**7.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**7.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

**8.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.7.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8.9.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

**8.10.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.11.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.12.1.** o prazo de validade;

**8.12.2.** a data da emissão;

**8.12.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**8.12.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**8.12.5.** o valor a pagar; e

**8.12.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.13.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**8.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.15.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.15.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**8.15.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.16.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.18.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

**8.20.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Processo nº: 65327.000781/2026-42

**8.21.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**8.22.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.23.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.24.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.25.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.26.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

**8.38.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**8.38.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**8.38.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**8.38.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**8.38.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

**8.39.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

**8.40.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/02/2026.

**8.41.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.42.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.43.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.44.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.45.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.46.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.47.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

**9.2.** O fornecimento do objeto será parcelado (conforme a necessidade da contratada).

Processo nº: 65327.000781/2026-42

## **Exigências de habilitação**

**9.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.4.** pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.5.** empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.7.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.8.** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9.** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.10.** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.11.** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.12.** sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**9.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação**

## **Econômico-Financeira**

**9.22.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.23.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.24.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**9.25.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**9.26.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

**9.27.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.28.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.30.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

**9.31.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.32.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.33.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.34.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.35.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 583.759,34 (quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

**10.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**10.3.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**10.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**10.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**10.3.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I**

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

#### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

**1.2.** O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**1.3.** O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

**1.3.1.** referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**1.3.2.** o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1.** São obrigações do Contratante:

**3.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

**3.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**3.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído,

reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**3.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**3.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

**3.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**3.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**3.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**3.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**3.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

**3.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**3.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**4.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**4.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**4.1.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade

**4.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

**4.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**4.1.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

**4.1.7.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**4.1.7.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**4.1.7.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

**4.1.7.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**4.1.7.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**4.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**4.1.9.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**4.1.10.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**4.1.11.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**4.1.12.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**4.1.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**4.1.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**4.1.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**5.1.** A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**5.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**5.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

**5.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**5.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**5.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**5.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**5.2.3.** Indenizações e multas.

**5.3.** A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**5.4.** A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

Processo nº: 65327.000781/2026-42



**6.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

**7.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**7.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

**7.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**7.5.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

**8.1.** Fica definido o Foro da Justiça Federal em Cascavel/PR, Seção Judiciária de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90012/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.


Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)


## 15. Responsáveis:

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente  
 **DOUGLAS YAMASAKI LAZARIM**  
Data: 13/04/2026 14:43:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**DOUGLAS YAMASAKI LAZARIM – 1º Ten**

Chefe da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIANO DA SILVA DE FARIAS**  
Data: 13/04/2026 14:06:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LUCIANO DA SILVA DE FARIAS – 1º Sgt**

Agente Administrativo da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIEL HENRIQUE DA SILVA DE OLIVEIRA**  
Data: 13/04/2026 13:56:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GABRIEL HENRIQUE DA SILVA DE OLIVEIRA – 3º Sgt**

Agente Técnico da Equipe de Planejamento